



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

107.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0300327-2

IMPETRANTE: José Manoel da Silva Arruda

IMPETRADOS: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. ANULAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DO CONCURSO PÚBLICO DA COMPESA. DESIGNAÇÃO DE NOVA DATA. PUBLICIDADE DEVIDAMENTE OBSERVADA. SEGURANÇA DENEGADA. 1. O conjunto probatório coligido aos autos demonstra que o princípio da publicidade foi devidamente observado, tendo a Portaria Conjunta nº 06/2013 sido publicada no sítio eletrônico da UPENET e no Diário Oficial do Estado. 2. A anulação das provas e a sua remarcação foram também divulgadas no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio. 3. Ademais, as novas provas foram realizadas em 10/03/2013 e o calendário inicial, constante do Anexo IV do edital, estabelecia que o resultado final do certame seria divulgado no dia 19/02/2012, ocasião em que, se o impetrante houvesse acessado o sítio da UPENET, teria verificado a anulação e remarcação das provas. 4. Conforme bem posto no parecer do *Parquet* com atuação neste segundo grau, assentou-se que o princípio da publicidade restou devidamente observado, inexistindo a alegada violação ao art. 37, *caput*, ou art. 5º, XIV e XXXIII, todos da Constituição Federal. 5. Segurança denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Mandado de Segurança nº 0300327-2, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em denegar a segurança, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 08 de setembro de 2013 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0300327-2

IMPETRANTE: José Manoel da Silva Arruda

IMPETRADOS: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Cuida-se de **Mandado de Segurança** por meio do qual o impetrante impugna ato conjunto do Secretário Estadual de Administração e do Diretor Presidente da COMPEA, que anulou as provas objetivas (realizadas em 27/01/2013) do concurso público deflagrado para preenchimento de empregos públicos da Companhia Pernambucana de Saneamento, ao argumento de que dita anulação, e, bem assim, a remarcação dos exames não observaram o princípio constitucional da publicidade nem a regra prevista no item 1.3 do edital, que exige ampla divulgação.

O **impetrante** pugna pela realização de novas provas objetivas, argumentando: (i) que o ato de anulação e remarcação dos exames não observou o princípio da publicidade, tampouco o item 1.3 do edital que estabelece a obrigatoriedade dos atos relativos ao certame serem divulgados no endereço eletrônico da UPENET (ii) que não realizou novamente as provas, na nova data designada, por não ter tomado conhecimento da anulação/remarcação, inobstante haver verificado por diversas vezes no endereço eletrônico indicado; (iii) nesse contexto, argumenta que restaram violados os princípios da publicidade e da transparência previstos no art. 37, *caput*, e no art. 5º, XIV e XXXIII da CF e na Lei nº 12.527/2011.

O Diretor Presidente da COMPEA prestou as informações de fls. 68/71, argumentando: (i) as provas objetivas do concurso público deflagrado pela Portaria conjunta SAD/COMPEA nº 121/2012 foram anuladas em virtude da constatação da divergência entre o número de questões aplicadas e o quantitativo previsto no item 1.2.1 do edital; (ii) a Portaria nº 06, de 31/01/2013 (que anulou as provas realizadas em 27/01/2013 e informou o novo calendário de atividades) foi publicada no endereço da UPENET e no Diário Oficial do Estado; (iii) dita anulação foi também divulgada no Diário de Pernambuco e Jornal do Comércio; (iv) as novas provas foram agendadas para o dia 10/03/2013 e o calendário anterior previa a divulgação do resultado final do certame no dia 19/02/2013, ocasião em que, se o impetrante houvesse acessado o sítio da UPENET, teria verificado a anulação das provas e a remarcação das mesmas.

O **Secretário de Administração do Estado** prestou as informações de fls. 91/93, argumentando que foi observada a devida publicidade, inexistindo direito líquido e certo a ser amparado na presente via.

A douta Procuradoria de Justiça opinou pela denegação da segurança. (fls. 98/100).

É o relatório no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 27 de Setembro de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

108.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº: 0300327-2

IMPETRANTE: José Manoel da Silva Arruda

IMPETRADOS: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Conforme já visto, o presente *mandamus* tem por objetivo a anulação das provas objetivas do concurso público deflagrado pela Portaria Conjunta SAD/COMPESA nº 121/2012, para preenchimento de empregos públicos, e, bem assim, a realização de novas provas objetivas.

Anoto, em breve retrospecto, que no dia previsto pelo calendário oficial, dia 27/01/2013, o impetrante realizou as provas objetivas do certame em foco (fls. 46).

Posteriormente, constatou-se que o quantitativo das questões aplicadas nas diversas disciplinas integrantes das provas objetivas não obedeceu à previsão editalícia do item 1.2.1 que dispunha:

1.2.1. A prova objetiva de conhecimentos, eliminatória e classificatória, será aplicada para todos os participantes, visando a avaliar o grau de conhecimento e habilidade do candidato para o desempenho das atribuições do emprego e será constituída de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, inéditas, cada uma com 5 alternativas, sendo apenas uma correta, contendo: 10 (dez) questões de português, 05 (cinco) de conhecimentos de informática, 05 (cinco) de raciocínio lógico e 30 (trinta) de conhecimentos específicos.

Verificado o equívoco, os impetrados anularam a prova objetiva em apreço e divulgaram novo calendário de atividades, por meio da Portaria Conjunta nº 06/2013 (fls. 50).

O impetrante sustenta não tomou conhecimento da referida Portaria, tendo em vista a ausência de publicidade, argumentando que a mesma não teria sido divulgada no sítio da UPENET, conforme previsto no item 1.3 do edital, *verbis*:

1.3. Aos atos advindos da execução do Concurso Público, para os quais é exigida ampla divulgação, será utilizado o endereço eletrônico <http://www.upenet.com.br>, como forma de garantir a transparência do processo, devendo o resultado do certame ser publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

(...)

1.5.2. Sem prejuízo do disposto no subitem 1.3, poderá ser dada a publicidade dos atos em jornais de ampla circulação ou outro veículo de comunicação.

Pois bem.

Ditos argumentos não merecem prosperar, posto que o conjunto probatório coligido aos autos demonstra que o princípio da publicidade foi devidamente observado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

109.

Observo, às fls. 76, que a Portaria nº 06/2013 encontra-se devidamente publicada no sítio eletrônico da UPENET, e, bem assim, às fls. 77, a publicação realizada no Diário Oficial do Estado.

Posteriormente, às fls. 78 e 79, verifica-se a divulgação da anulação das provas e a remarcação para o dia 10/03/2013, no Diário de Pernambuco e no Jornal do Commercio.

Observe-se, ademais, que as novas provas foram realizadas em 10/03/2013 e o calendário inicialmente divulgado no Anexo IV do edital estabelecia que o resultado final do certame seria divulgado no dia 19/02/2012 (fls. 46), ocasião em que, se o impetrante houvesse acessado o sítio da UPENET, teria verificado a anulação e remarcação das provas.

Colaciono, no ponto, o seguinte trecho do *Parquet* com atuação neste segundo grau de jurisdição:

Diversamente do alegado pela parte Autora, percebe-se claramente pelas provas constantes nos autos que inexistente qualquer direito violado ou inobservância do princípio apontado.

Ora, conforme observado às fls. 78/79, a anulação das provas do concurso da COMPESA foi amplamente divulgado pelos principais meios de comunicação atualmente existentes, não se atendo apenas aos jornais impressos, mas também divulgados em suas versões online. Outrossim, conquanto tenha afirmado o Impetrante que não consta no sítio eletrônico da organizadora (www.upenet.com.br), é possível encontrar facilmente a Portaria que anulou as provas, juntamente com um outro calendário de atividades que datou para o dia 10 de março de 2013 as novas provas objetivas (fls. 76).

Percebe-se, portanto, que o Princípio da Publicidade foi aplicado em sua plenitude, atingindo seu escopo (...) Ademais, o Impetrante teve um período de mais de 30 (trinta) dias para tomar conhecimento do ato apontado como coator, sendo injustificável a sua inércia. Deve-se atentar, ainda, que o calendário de atividades anterior previa a divulgação do gabarito definitivo no dia 18 de fevereiro de 2013 e o resultado final para o dia subsequente (fls. 27/28), ou seja, caso o Autor estivesse empregando a diligência comum e esperada a todos os candidatos de um certame público, inevitavelmente teria tomado conhecimento das mudanças ocorridas.

Por todo o exposto, tenho que o princípio da publicidade restou devidamente observado, inexistindo a alegada violação ao art. 37, *caput*, ou art. 5º, XIV e XXXIII, todos da Constituição Federal.

Com essas razões, **denego a segurança** requerida.

Sem honorários, nos termos do art. 25 da Lei nº 12.016/2009.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator